

PROGRAMA AUTÁRQUICO 2025



COIMBRA:

MUDAR MESMO.



Polo 1
UMA COIMBRA HABITÁVEL



Polo 2
UMA COIMBRA JUSTA



Polo 3
UMA COIMBRA VIVA



Polo 4
UMA COIMBRA DEMOCRÁTICA



Programa Autárquico 2025

COIMBRA: MUDAR MESMO.

Polo 1. UMA COIMBRA HABITÁVEL (p. 4)

1. Um concelho sem muros (p. 4)
2. Saúde em todas as políticas municipais (p. 5)
3. Lutar aqui contra as alterações climáticas (p. 8)
4. Habitação como um direito, não um negócio (p. 10)
5. A mobilidade como um direito (p. 12)
6. Uma Coimbra amiga da prática do desporto (p. 13)
7. Coimbra tem de ser para velhos (p. 14)
8. Coimbra tem de ser para jovens (p. 17)

Polo 2. UMA COIMBRA JUSTA (p. 19)

1. Uma Coimbra de trabalho digno (p. 19)
2. Uma Coimbra porto de abrigo (p. 20)
3. Uma Coimbra que respeita as pessoas com deficiência (p. 22)
4. Orgulho na diversidade (p. 24)
5. Uma Coimbra antirracista (p. 26)

Polo 3. UMA COIMBRA VIVA (p. 29)

1. Fazer da cultura força transformadora (p. 29)
2. O património como herança e como projeto (p. 32)

Polo 4. UMA COIMBRA DEMOCRÁTICA (p. 35)



COIMBRA: MUDAR MESMO. COMPROMISSOS DO BLOCO DE ESQUERDA PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2025

Que Coimbra queremos, enquanto comunidade que a habita? Que estratégia de futuro para esta cidade e para o seu concelho tem quem governa o município? E que ligações faz entre esse futuro desejado e o presente dos homens e mulheres que somos nós?

Só por distração se pode dizer que foi falta de sentido estratégico que caracterizou as governações municipais de Coimbra das últimas décadas, protagonizadas alternadamente por PS e por PSD. Não, não foi falta de estratégia. Foi, isso sim, a estratégia, partilhada pelos dois partidos, de sujeitar Coimbra a um modelo de desenvolvimento assente na especulação imobiliária e na turistificação da cidade. PS e PSD empurraram Coimbra para o mesmo horizonte indiferenciado de todas as cidades sem identidade: serem parques temáticos para turistas, sem encontrarem fatores sólidos de singularidade para a sua economia e a sua dinâmica social nem cuidarem da sua comunidade humana.

O Bloco de Esquerda apresenta-se a esta campanha defendendo uma estratégia diferente para Coimbra. Mudar mesmo Coimbra é mudar o horizonte de futuro desta comunidade e de quem a governa e dar no presente todos os passos para que esse horizonte se concretize. Coimbra merece mais do que a alternância entre PS e PSD e os seus horizontes de costas viradas para a cidade. O Bloco de Esquerda quer uma cidade e um concelho mais amigáveis, mais justos e mais democráticos.

Parece vago, não é? Pois nós queremos mostrar que é o mais concreto e preciso que Coimbra alguma vez experimentou. O programa que a seguir apresentamos não é outra coisa senão a concretização dessa Coimbra habitável, justa, viva e democrática. Por isso, são precisamente esses os quatro polos de estruturação do programa que o Bloco de Esquerda apresenta a Coimbra nestas eleições autárquicas.



Polo 1. UMA COIMBRA HABITÁVEL

A PRIORIDADE DE UM MUNICÍPIO RESPONSÁVEL TEM DE SER QUE COIMBRA SEJA HABITÁVEL POR TODOS OS QUE DELA QUEREM FAZER A SUA TERRA, QUE NÃO SEJA UM TERRITÓRIO AGRESSIVO, MAS SIM AMIGO DAS PESSOAS, UM LUGAR EM QUE O CUIDADO DE TODOS COM TODOS SEJA REALIDADE. ISSO SUPÕE ESCOLHAS POLÍTICAS E SÃO ELAS QUE O BLOCO DE ESQUERDA ASSUME.

1. UM CONCELHO SEM MUROS

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos um concelho marcado pela falta de coesão entre o seu polo urbano e a envolvente rural. As comunidades da periferia do concelho mantêm uma atividade de pequena produção rural relevante, mas viram o seu escoamento ficar absolutamente prejudicado pelo quase monopólio das grandes superfícies comerciais. Por outro lado, os benefícios de qualidade que a proximidade da cidade lhes devia trazer não têm sido minimamente consolidados: uma rede de transportes que as ignora, um acesso à saúde ou à cultura que exige deslocações à cidade. Em muitas destas comunidades vizinhas do polo urbano do concelho, a realidade do relacionamento com a cidade é a do alastramento caótico da urbanização sem urbanismo, como uma mancha de óleo, para os territórios de matriz agrícola que assim ficam com o pior de dois mundos: nem mantêm a qualidade rural nem ganham qualidade urbana. São periferias de Coimbra e ultraperiferias do país.

Mudar mesmo Coimbra é fazer da coesão entre o polo urbano e o mundo periurbano e rural do concelho uma prioridade, garantindo uma qualidade de vida das suas populações que combine a especificidade de cada território com a garantia de direitos fundamentais para todas as pessoas, independentemente de viverem na cidade ou nos anéis rurais do concelho de Coimbra.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Vitoria-Gasteiz, em Espanha, que se dotou de um “Anel Verde”, uma rede de parques, espaços



florestais e zonas agrícolas circundando a cidade para articulação entre o espaço rural e o urbano e que aprovou políticas municipais de apoio a agricultores locais para manterem e qualificarem as suas produções dirigidas à cidade. Veja-se Ljubliana, na Eslovénia, onde os mercados locais com regime de preço justo e venda direta de produtores rurais para populações urbanas se combina com o investimento em hortas comunitárias, sobretudo cuidadas por grupos sociais especialmente vulneráveis (idosos, migrantes e famílias de baixa renda). Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de coesão do concelho de Coimbra. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Dinamização, em articulação com pequenos produtores agrícolas do concelho, de uma **rede de mercadinhos de rua** para que ponha em contacto direto produtores e consumidores e permita o escoamento justo das pequenas produções das freguesias rurais do concelho.
- Articulação com as autoridades municipais nas áreas dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, cultura) para a criação de **extensões de atendimento e resolução de problemas** junto das comunidades rurais do concelho e, muito em especial, da sua população mais idosa.

Adoção de uma **estratégia de apoio diferenciada às entidades locais que dinamizam a programação cultural nas freguesias da área rural do concelho**.

2. SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS MUNICIPAIS

Coimbra conta com a excelência dos seus serviços hospitalares, sendo uma referência nacional nesse domínio. Se assim é, porque é que não contamos com a consequente comunidade saudável? Nos seus hábitos, na promoção da saúde, no respeito pela qualidade de vida? A resposta é simples: décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal, resultaram num alheamento total entre a qualidade dos serviços hospitalares e a promoção da saúde e dos hábitos saudáveis junto das pessoas. Somos uma cidade com hospitais de referência, mas em que a saúde dos que aqui vivem não conta para a equação.

Na degradação do espaço público, numa política de habitação guiada pelos ganhos especulativos, na consideração das árvores como empecilhos ao progresso ou nas dificuldades colocadas ao encontro de mais velhos e de mais novos, em tudo isso se foi desconsiderando o objetivo da saúde da comunidade.

Legalmente dotada de competências fundamentais na área da saúde desde janeiro de 2024, a CMC tem-se destacado pelo incumprimento destas suas obrigações. Completa ausência de planos de manutenção de um edificado na área da saúde em acentuada degradação, inação total relativamente à localização de novas



unidades de saúde familiar ou à integração da saúde mental e da saúde oral nos cuidados de proximidade, negligência de articulação com o setor social para o apoio aos mais velhos, inação também na afetação de meios de transporte público à mobilidade para cuidados de saúde, como fizeram a Lousã, Penela ou Soure, letargia do Conselho Municipal de Saúde, irresponsavelmente desperdiçado como plataforma de articulação entre a saúde, a habitação, a mobilidade e o ambiente.

É também como problema de saúde pública que tem de ser encarado o consumo problemático de drogas de que é palco a baixa de Coimbra. Recentemente, a realidade associada ao consumo e tráfico de drogas parece estar a ficar mais complexa. Isto deve-se a diversos fatores como a alteração no tipo e padrão de drogas consumidas (consumo de crack em detrimento do consumo de heroína), que coloca desafios mais exigentes; uma mudança significativa das pessoas que se dedicam ao tráfico de droga, com a introdução de agentes externos e mais difíceis de controlar; uma atuação ineficaz e fragmentada das diversas instituições; uma atuação errática e pouco racional por parte das forças de segurança.

Todo o conhecimento adquirido a este respeito evidencia que não é através de políticas repressivas e de ações policiais desproporcionadas que se vai conseguir resolver este problema que tem um forte impacto sobre as comunidades e sobre a saúde de tantas pessoas.

Mudar mesmo Coimbra é dar prioridade efetiva ao cumprimento do que estabelece a própria Estratégia Municipal de Saúde 2021-25: “Coimbra, um município onde todas as pessoas têm oportunidade de nascer, crescer e envelhecer em ambientes que promovam a saúde física e mental, individual e coletiva”. Mudar mesmo Coimbra é pôr no centro da ação da autarquia e de todos os intervenientes neste campo a dignidade e saúde das pessoas dependentes do consumo de drogas, sobretudo das mais vulneráveis.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Helsínquia, onde todos os departamentos do município estão vinculados a incluir nas respetivas tomadas de decisão uma avaliação de impacto na saúde e bem estar. Veja-se Zurique, com o estabelecimento de salas de consumo assistido, programas de prescrição médica de heroína e recolha segura de seringas e apoio habitacional para utilizadores crónicos. E veja-se sobretudo Lisboa, com equipas de rua de redução de riscos e intervenção junto a pessoas em situação de uso problemático, com a criação, em 2022, de salas de consumo vigiado para redução de overdoses e infeções e, em geral, com políticas municipais de aplicação da política nacional de descriminalização do consumo para fins pessoais, em que os consumidores são vistos como cidadãos com necessidades de saúde e não como criminosos.

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de promoção da saúde em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

➤ **Ativação do Conselho Municipal de Saúde** como suporte institucional da



prioridade à saúde em todas as políticas municipais, com diagnóstico de situação atualizado, plano de intervenção estratégica e relatório anual de atividades.

- Intervenção ativa da CMC na **desconcentração de Unidades de Saúde Familiar** (por exemplo na Solum ou na Conchada), segundo uma lógica de proximidade “com vizinhos”.
- **Desenvolvimento de um Plano de Ação Municipal para a Saúde Mental** com base numa abordagem transversal, comunitária e preventiva, que permita integrar o bem-estar psicológico em todas as áreas da política municipal, incluindo a obrigatoriedade da **submissão de todas as políticas municipais a avaliação do respetivo impacto na saúde e bem-estar** das populações.
- Criação de **zonas de encontro e convívio** (não necessariamente grandes parques ou jardins), dispersas pelos bairros e áreas residenciais, com bancos, bebedouros, fontanários, baloiços, pequenos lagos.
- Estabelecimento de uma **sala de consumo assistido**, em moldes a definir posteriormente, com possibilidade de acolher consumos injetáveis e fumados (ver destaque).
- **Utilização mais eficaz da Rede de Institucional das Adições de Coimbra (RIAC)**, estrutura que agrega, sob o acolhimento da CMC, um conjunto diverso de instituições (organizações de base comunitária, instituições de saúde, forças de segurança e outras) que atuam no campo das adições.
- Desenvolvimento de **ações de prevenção do consumo de drogas junto dos jovens** residentes no concelho, incluindo sobretudo os jovens que se encontram na Baixa de Coimbra.
- **Participação da CMC na aquisição e na distribuição de material para o consumo fumado de drogas**, nomeadamente cachimbos. A distribuição deste material tem como vantagem a redução de contágio de diversas infeções, que resulta na futura poupança de recursos médicos e financeiros.
- **Criação de estrutura de *drug checking***. Os serviços de *drug checking* – estrutura que em Portugal apenas existe em Lisboa e, de forma intermitente, em Viseu – permitem que os consumidores consigam analisar quimicamente as suas drogas. Desta forma, estas pessoas têm informações sobre o conteúdo das amostras, de modo a que saibam o que estão a consumir. Durante este processo, aconselhamento e esclarecimentos são efetuados. Os objetivos dos serviços variam, desde a recolha de informação à redução de danos, informando e alertando os utilizadores sobre as drogas no mercado.
- **Adesão da CMC à iniciativa Fast Track Cities**. Esta iniciativa decorre da Declaração de Paris promovida pela UNAIDS e foi criada com o propósito de acelerar e intensificar as respostas das cidades ao VIH/SIDA (e também à tuberculose e hepatites) até 2030.



UMA SALA DE CONSUMO ASSISTIDO, PRIORIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

É urgente a criação de uma Sala de Consumo Assistido em Coimbra.

As Salas de Consumo Assistido são uma resposta de saúde pública, destinadas a consumidores problemáticos de drogas, que existem em alguns países da Europa há dezenas de anos e em Portugal, recentemente, em Lisboa e no Porto.

Estas instalações têm como objetivo a redução dos riscos de transmissão de doenças, resultantes de práticas de consumo de drogas anti-higiénicas, e a prevenção de mortes por overdose.

Estas estruturas facilitam o contacto dos consumidores com serviços de tratamento da toxicodependência e com outros serviços de saúde e sociais, promovendo o abandono dos consumos e a melhoria das condições sociais e de saúde destas pessoas.

Acresce que estes espaços reduzem o consumo de drogas em espaços públicos, diminuindo a presença de material de consumo, redução do impacto visual e da sensação de insegurança e outros problemas de ordem pública associados ao consumo a céu aberto.

Nesta ótica de saúde pública e de redução de riscos, o Bloco propõe a criação de uma Sala de Consumo Assistido em Coimbra.

3. LUTAR AQUI CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma cidade absolutamente impreparada para enfrentar o futuro instável e agreste que nos espera. O estado de emergência climática foi declarado pelo Parlamento Europeu em 2019 e reconhecido pela Lei de Bases do Clima portuguesa em 2021. Pela sua topografia e localização geográfica, Coimbra será especialmente afetada pelo agudizar dos fenómenos meteorológicos extremos, desde precipitações torrenciais, que ameaçam inundar a cidade, até às secas severas, que colocam em risco o acesso ao mais essencial dos bens – a água, passando pelos períodos de temperatura extrema, que colocam em causa o bem-estar da população devido, entre outros, às fracas condições de climatização do edificado da cidade.

A verdade é que, pela mão de governos municipais de PS e PSD, a cidade não foi adaptada para garantir infraestruturas de apoio à população, nem tão pouco se empenhou em transitar para um modelo socioeconómico ecológico, que permita à comunidade prosperar de forma sustentável. Quem vive a cidade reconhece esta injustificável impreparação, sentindo-a na pele todos os verões, debaixo das



ondas de calor de que não há abrigo, e todos os invernos, habitando e trabalhando em espaços tornados indignos pela humidade e pelo frio.

Mudar mesmo Coimbra é fazer da resposta à emergência climática um guia central das políticas municipais, juntando sempre a dimensão ambiental com as exigências de justiça social.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Paris tem levado a cabo um amplo programa de encerramento de vias rodoviárias e de rearborização da cidade, com o objetivo de reduzir a temperatura sentida e a circulação de automóveis alimentados a combustíveis fósseis, beneficiando, desta forma, a saúde e a qualidade de vida da população. Em complemento, tem ainda vindo a implementar um ambicioso plano para alcançar a neutralidade carbónica de todos os transportes públicos. Barcelona adotou um modelo de participação popular, envolvendo escolas, empresas, cidadãos e organizações não-governamentais na criação e implementação de um plano climático para a cidade. Entre as ações inscritas no plano incluem-se a expansão significativa das zonas verdes da cidade, o apoio à renovação energética dos edifícios, bem como a criação de “abrigos climáticos”. Na Alemanha, mais de 300 autarquias, de diversas dimensões, “re-municipalizaram” o setor energético, procurando assumir controlo direto sobre a transição energética e garantir preços baixos de eletricidade. Em Copenhaga, o executivo detém 50% de uma produtora de energia eólica, sendo os restantes 50% detidos por uma cooperativa de cidadãos, conseguindo, por esta via fomentar a democracia económica e a transição para fontes de energia renováveis. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

Coimbra não pode permanecer no estado de dormência e imobilidade em que tem estado, sob pena de se tornar progressivamente inabitável. O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de ambiente em Coimbra e no seu concelho, declarar o estado de emergência climática e agir resolutamente. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Promoção da autoprodução energética de todo o edificado público.** Para contrariar a lógica destrutiva que tem alimentado a criação de enormes parques solares em solos férteis e ricos em biodiversidade e, ao mesmo tempo, cortar emissões de gases com efeito de estufa e combater a pobreza energética, todos os edifícios públicos devem ser dotados de painéis solares suficientes para permitir a autoprodução energética renovável. Desta forma, o Município conseguirá ainda cortar significativamente os custos com eletricidade.
- **Expansão do coberto arbóreo da cidade e criar corredores verdes entre as principais zonas da cidade** porque uma cidade de betão, como cada vez mais é Coimbra, tende a tornar-se uma “ilha de calor”, que sufoca quem nela habita. Além disso, a falta de espaços verdes tem impactos negativos no bem-estar social e psico-emocional da população. Será, por isso, funda-



mental cobrir a cidade de elementos naturais, sobretudo arvoredos densos, e garantir que esse coberto verde cria corredores de sombra que permitam atravessar a cidade a pé.

- **Criação de infraestruturas de apoio face a fenómenos extremos:** é urgente difundir pela cidade pontos de acesso a água potável, que possam ser utilizados por quem a percorre a pé, criar abrigos para ondas de calor e de frio e aumentar significativamente as infraestruturas públicas de apoio quotidiano, como bancos e mesas abrigados.
- **Promoção de estruturas cooperativas de produção energética renovável local:** o Município pode fornecer um apoio incomparável, quer técnico quer material, na constituição de comunidades locais de produção de energia renovável, que permitiriam, não só mitigar emissões de gases com efeito de estufa, como reduzir substancialmente os custos da energia para as famílias.

4. HABITAÇÃO COMO UM DIREITO, NÃO UM NEGÓCIO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra refém de um modelo de desenvolvimento assente no negócio imobiliário a preços especulativos, acentuados pela absolutização do turismo como sustentação da economia da cidade e do concelho. Coimbra é das cidades do país onde ter ou arrendar uma casa é mais caro: só nos últimos quatro anos, verificou-se em Coimbra uma subida média de 30% nos preços da habitação. O mercado de arrendamento é escasso e com preços proibitivos, com valores praticados para um T2 muito acima do ordenado mínimo nacional. Ao mesmo tempo, segundo os dados do Censos de 2021, existem milhares de pessoas sem casas e mais de 11 mil casas devolutas.

O atual executivo não só agravou todos estes problemas, como decidiu a construção de um megabairro social da Quinta das Bicas, em Taveiro, contrariando todas as boas práticas de desconcentração de habitação pública por diferentes zonas da cidade e agravando a espacialização da pobreza, ao desraizar as populações dos locais onde sempre viveram, guetizando-as na periferia e criando óbvios problemas estruturais naquela zona do Concelho.

Mudar mesmo Coimbra é dar total prioridade ao direito à habitação digna reconhecido na Constituição. Uma cidade amiga da habitação é o avesso de uma cidade com tanta casa sem gente e tanta gente sem casa. Para que assim seja, o Município tem de se empenhar na promoção de políticas que garantam mais e melhor habitação pública e reabilitada.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Viena, onde mais de 60% da população vive em habitação publicamente subsidiada e o Muni-



cípio é proprietário direto de mais de 220 mil unidades habitacionais. Veja-se Berlim, com políticas municipais de fixação de tetos às rendas e de estímulo à habitação cooperativa e a formas de coabitação. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de habitação em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Inscrição no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da **obrigatoriedade de que 25% de novas construções sejam destinadas a habitação social ou a preços controlados.**
- Fixação de um programa com **metas claras de construção de habitação pública** dispersa pelo concelho, garantindo, sempre que possível, a manutenção das populações nos locais em que sempre viveram e utilizando, para o efeito, terrenos municipais urbanos já com alvará de loteamento, recusando a construção de concentrações de habitação social.
- **Agravamento da taxa de IMI sobre casas desabitadas.**
- **Interdição da venda de edifícios públicos suscetíveis de uso habitacional e dos respetivos terrenos** e criação de uma **bolsa municipal de imóveis públicos para fins habitacionais** através da conversão de imóveis públicos devolutos em habitação acessível e geridos por modelos regulados de renda pública.
- Adoção e implementação de um **plano concreto para a recuperação urbanística e social da Baixa**, conferindo centralidade à reabilitação urbana através de benefícios fiscais para obras em imóveis destinados à habitação e ao arrendamento acessível, com financiamento pelo PIRPEC – Programa de Incentivo à Recuperação do Património Edificado do Concelho.
- Criação de uma **Bolsa Local de Alojamento Temporário**, para situações de emergência habitacional com núcleos habitacionais provisórios, integrados na cidade.
- Adoção de um **programa municipal Renda Segura**, proporcionando o arrendamento de imóveis a particulares, tendo o Município como fiador e isentando os senhorios de parte de impostos.
- **Apoio às cooperativas de habitação** através do programa “Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível” e do Banco Português de Fomento.
- Criação do **Conselho Municipal de Habitação**, previsto na Lei de Bases da Habitação, garantindo participação efetiva de associações de moradores, movimentos sociais e entidades técnicas na definição das políticas habitacionais.



5. A MOBILIDADE COMO UM DIREITO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra refém do automóvel privado. Nenhum dos dois partidos que governaram o município, o dotou de uma oferta de transportes públicos com cobertura efetiva e eficiente do território, nenhum dos dois adotou estratégias sérias de dissuasão da entrada diária de dezenas de milhar de automóveis privados no centro da cidade (não existem parques periféricos e o sistema Ecovia fracassou por falha política grave), nenhum dos dois investiu minimamente em formas de mobilidade suave ou de partilha de veículos.

Mudar mesmo Coimbra é dar total prioridade ao transporte público, ao planeamento de uma rede que sirva realmente toda a população, não punindo as pessoas, mas antes dando-lhes razões para escolherem, com vantagem, o transporte público. A implantação do Metrobus na malha urbana e a operação do Sistema Intermunicipal de Transportes no âmbito da CIM, são oportunidades que não podem ser desperdiçadas para atingir este objetivo.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Amsterdão, com políticas municipais exemplares de articulação entre os diferentes modos de transporte coletivo. Veja-se Viena, tida como referência na pontualidade, frequência e limpeza dos transportes públicos e na reserva de áreas residenciais para usos pedestres e cicláveis. Vejam-se Luxemburgo, Montpellier ou Talin, com oferta gratuita dos transportes públicos. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de mobilidade em Coimbra e no seu concelho, encarando a mobilidade como um direito de todos os membros da comunidade. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Oferta de uma **rede de transportes públicos gratuitos** com cobertura efetiva e eficiente de todo o concelho (ver destaque).
- **Reestruturação da rede dos SMTUC** através de um processo democrático que envolva efetivamente as populações, tendo como objetivos garantir a cobertura efetiva de todo o território do concelho e de todos os segmentos da população, e a otimização das articulações entre os diversos modos de transporte.
- Dotação dos SMTUC com todos os meios para a gestão da intermodalidade na rede de transportes públicos e para a provisão pública de formas de mobilidade suave, conferindo **prioridade à valorização das carreiras dos seus trabalhadores**.
- Criação de uma **rede de ciclovias** no concelho, que complete e reforce os troços dispersos atualmente existentes, tirando do papel a decisão camarária



de criação de um Plano Ciclável para Coimbra e dando-lhe aplicação prática.

- Envolvimento ativo do município na **ligação de Coimbra à linha ferroviária de alta velocidade** que densifique a centralidade urbana da Estação Velha e impeça a expansão em mancha de óleo da cidade para a periferia e os respetivos impactos ambientais negativos.

A GRATUITIDADE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS É VIÁVEL

A receita de bilheteira dos SMTUC é de 4,2 milhões de euros, mais 5 milhões de compensação do Estado pelos passes gratuitos sub 18 e sub 23. O orçamento da Câmara Municipal de Coimbra ronda os 265 milhões de euros, com um superavit de cerca de 2 milhões de euros. Neste contexto, afetar 4,5 milhões à gratuitidade dos transportes públicos é perfeitamente acomodável sem alterações drásticas das contas municipais.

Por outro lado, não ficam em causa a sustentabilidade nem do metrobus nem dos SMTUC. O financiamento do metrobus é garantido pelo contrato de concessão de serviço público negociado com o Governo. Cabe ao município fazer valer junto do Governo a necessidade de um modelo de financiamento que não isole o metrobus da política de gratuitidade dos restantes transportes públicos, condenando-o a um uso marginal.

Quanto aos SMTUC, o seu défice estrutural (cerca de 14 milhões de euros) só em pequena parte (8%) é financiado por transferências do Governo central. Este é o retrato da discriminação de Coimbra pelo Governo relativamente a Lisboa ou ao Porto – os transportes do Porto ou de Lisboa são considerados como uma questão nacional, os transportes de Coimbra são um problema local. Assim, a viabilização dos SMTUC supõe, sobretudo, a defesa, pela Câmara Municipal, de uma fórmula de financiamento diferente, que acentue a participação do Estado central, pela via da contratualização de serviço público.

6. UMA COIMBRA AMIGA DA PRÁTICA DO DESPORTO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra em que a prática desportiva está ausente das prioridades da autarquia.

A política desportiva para o concelho tem sido essencialmente apontada à realização de grandes eventos e pouco focada na atividade regular dos clubes e associações, o que impede a alocação de recursos para projetos desportivos de longo prazo. Espelho desta escolha errada é a dotação de apenas 1.7% do orçamento camarário para juventude e desporto. Numa cidade com um tecido associativo tão denso, a falta de infraestruturas desportivas é uma realidade muito negativa. O executivo camarário dispensa-se de fazer um levantamento das necessidades



de infraestruturas desportivas de modo a fazer um planeamento a longo prazo daquelas que são necessárias construir no concelho e adota uma política de apoios pontuais e discricionários ao sabor de critérios pouco fundamentados. O Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Desportivo ainda não foi publicado e o Plano Ciclável para a Cidade não saiu até agora do papel, seguramente para não abrir mais frentes de obra e ser objeto de crítica da população.

Mudar mesmo Coimbra é apoiar verdadeiramente as associações locais que promovem o desporto, para desenvolver a atividade física de todas as pessoas e assim contribuir para uma cidade saudável.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Málaga (Capital Europeia do Desporto 2020), cujo município assumiu a ambição de ter 50% da população a praticar desporto e, para o efeito, dotou o orçamento municipal, já em 2020, de uma verba de 3.5 M€. Veja-se Glasgow (Capital Europeia do Desporto em 2023), com mais de 300 mil pessoas a praticar desporto em clubes e 10 mil pessoas empregadas no sector na cidade. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de desporto em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Aprovação urgente da Estratégia Municipal de Desporto**, como suporte para metas de envolvimento da população na prática desportiva e para a fundamentação da escolha dos eventos desportivos a apoiar, tendo como critério a implantação atual e pretendida das modalidades no concelho e o reforço da atividade regular.
- **Revisão do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto (RMAD)**, nomeadamente para contemplar apoios à participação em provas de relevante interesse desportivo no concelho.
- **Dinamização de projetos de prática de desporto sénior e adaptado**, em articulação com as entidades desportivas do concelho, cada vez mais relevante num cenário de envelhecimento da população. Não chega a colocação de equipamentos em espaços verdes que não terão utilização.
- **Divulgação da oferta desportiva** (e não apenas da agenda desportiva momentânea) nos canais de comunicação do município, listando todas as modalidades praticadas no concelho assim como os clubes onde elas são praticadas.

7. COIMBRA TEM DE SER PARA VELHOS

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma



Coimbra que não respeita os mais velhos e ignora as suas necessidades específicas. Em Coimbra, as pessoas com mais de 64 anos representam cerca de um quarto da população total (35.534 pessoas). Entre 2011 e 2021, o envelhecimento da população acentuou-se de forma expressiva: o número de pessoas mais velhas por cada 100 jovens passou de 161 para mais de 215, ultrapassando a média nacional. Deste total, 7.884 pessoas mais velhas vivem sozinhas (22,2%). O diagnóstico social de Coimbra revela que uma parte significativa da população mais velha vive em situação de vulnerabilidade, marcada por baixos rendimentos, isolamento social e dependência de apoios formais ou informais.

Os executivos anterior e atual ou não deram respostas efetivas aos graves problemas que afetam a população mais velha ou a resposta que deram foi manifestamente insuficiente. Programas municipais como o Voz Amiga apoiam cerca de 189 idosos em situação de isolamento social (dados apresentados em março de 2025), quando o universo de pessoas a necessitar de apoio é muito superior, dado que 7.884 idosos vivem sozinhos (22,2% dos idosos do concelho). Mas o abandono é apenas o rosto cruel de como, na habitação, nos espaços públicos, nos transportes ou no envolvimento social, Coimbra está longe de tratar adequadamente os seus mais velhos.

Mudar mesmo Coimbra é assumir as necessidades específicas dos mais velhos e o respeito pela sua dignidade como um critério imperativo de qualidade de todas as políticas municipais.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Manchester, onde valem as políticas de *design for all*, para garantir a mobilidade em espaços públicos, os passeios para peões cuidados, mobiliário urbano para descanso, sinalização clara e sanitários públicos ou onde os motoristas de transportes públicos têm formação para responderem aos desafios especiais das pessoas mais velhas. Veja-se Dublin, onde, em cumprimento do “Dublin Age Friendly City Programme”, são obrigatórias auditorias de acessibilidade realizadas com o envolvimento de pessoas mais velhas e foram criados Conselhos Municipais de Pessoas Idosas que contribuem ativamente para a formulação de políticas locais. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de Coimbra e do seu concelho para as pessoas mais velhas. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Estabelecer como **critério da estratégia municipal de reabilitação urbana a adaptação arquitetónica das habitações das pessoas mais velhas**, garantindo condições dignas para que possam envelhecer em casa pelo máximo de tempo possível.
- **Criação de um Serviço Municipal de Cuidados**, ponto único de informação, orientação e resposta a situações de vulnerabilidade, assegurando cuidados e acompanhamentos diversos ao longo do ciclo de vida, em cooperação



estreita com as entidades locais (ver destaque).

- Reforçar a **oferta pelo Município de serviços de pequenas reparações domésticas** (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.) a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e eletricidade.
- Reforçar o **acompanhamento de proximidade** através de assistentes sociais em articulação das juntas de freguesia, autoridades policiais, unidades de saúde e centros comunitários, **para identificar e apoiar pessoas mais velhas em risco de violência, solidão ou pobreza extrema**.
- Articulação entre a autarquia e a Unidade Local de Saúde para a adoção de um projeto piloto de **prescrição social/cultural para pessoas mais velhas**, conceito a através do qual os utentes das unidades de saúde são referenciados para serviços de apoio não clínicos existentes na comunidade de forma a melhorar a sua saúde e o seu bem-estar.

UM SERVIÇO MUNICIPAL DE CUIDADOS PARA GARANTIR DIGNIDADE EM TODAS AS FASES DA VIDA

É urgente criar um Serviço Municipal de Cuidados em Coimbra, que funcione como ponto de orientação e resposta a situações de vulnerabilidade ao longo do ciclo de vida.

Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo, mas continua a ter uma escassa cobertura de cuidados formais. Esta carência não é compensada com apoio ao cuidado informal, nem com políticas públicas que assegurem o direito a cuidados dignos. O atual modelo reforça desigualdades sociais e de género, e assenta na precarização do trabalho e na responsabilização das famílias.

Coimbra pode liderar uma resposta local alternativa, centrada nas pessoas e na justiça social. Este Serviço Municipal de Cuidados deve garantir respostas adequadas às necessidades das pessoas idosas, assegurando o envelhecimento com dignidade e autonomia; apoiar pessoas com deficiência através de medidas pela vida independente; responder às situações de doença com serviços de proximidade; e tantas outras.

Deve ainda prestar apoio direto a cuidadoras e cuidadores informais, facilitar o acesso à informação sobre os serviços disponíveis, e promover uma gestão pública e gratuita da rede de cuidados no concelho.

Com este Serviço Municipal de Cuidados, Coimbra dá um passo decisivo na construção de uma cidade que cuida, valoriza todas as fases da vida: cuidando de quem precisa de cuidados e cuidando de quem cuida.



8. COIMBRA TEM DE SER PARA JOVENS

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra que desperdiça a valia imensa de ser habitada por uma população jovem de grande dimensão e de grande cosmopolitismo.

Sob os sucessivos executivos do PS e PSD, perpetuou-se a desresponsabilização do Município para com o tempo livre das pessoas jovens, a escassa oferta de habitação estudantil pública numa cidade onde estudantes se tornam cada vez mais uma parte central da malha urbana, a elevada degradação da habitação existente e a ausência de uma real aposta da autarquia no apoio às expressões culturais e artísticas da população mais jovem. Tudo isto como resultado da prevalência de uma visão hegemónica conservadora, que reduz Coimbra a um passado histórico convenientemente selecionado e que é, na prática, o avesso do que deve ser um estímulo à construção de políticas públicas para a juventude.

A criação do Conselho Municipal da Juventude é um passo necessário para a construção de um programa municipal que valorize as pessoas jovens, mas não pode servir de biombo da desresponsabilização do executivo. Uma estrutura burocratizada para a discussão de orçamentos e apoios pontuais a associações juvenis, onde são debatidas moções sem qualquer vinculação efetiva do poder autárquico e sem qualquer ambição de mudança real está longe de ser uma resposta à altura do desafio que é uma cidade com uma população juvenil de grande dimensão e diversidade.

Mudar mesmo Coimbra é pôr termo ao silenciamento a que os jovens têm sido votados e ouvir mesmo o que têm para dizer sobre a cidade e o concelho.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Vejam-se Colónia, Barcelona ou Amsterdão, que possuem instituições semelhantes ao CMJ, mas onde se discutem assuntos verdadeiramente relevantes para a população jovem, como mobilidade, urbanismo, inclusão e educação. Estes conselhos têm contacto direto com os executivos municipais, havendo já vários exemplos de políticas públicas em aplicação, que partiram da participação jovem. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de juventude em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Criação de uma plataforma online de participação cívica** dirigida sobretudo a pessoas até aos 35 anos, onde qualquer jovem possa propor ideias, votar prioridades, dar opinião sobre políticas concretas (ver destaque).
- **Criação de uma assembleia jovem** de participação aberta a toda a população jovem residente em Coimbra, com o objetivo de discutir assuntos relevantes para a juventude e elaborar recomendações que deverão ser obriga-



toriamente analisadas e discutidas a nível autárquico.

- **Criação de um selo para espaços noturnos que ateste a sua segurança e boas práticas na luta contra o assédio**, garantindo que as pessoas em Coimbra têm acesso seguro a algo tão ligado à vivência jovem.
- Criação de **linhas noturnas na rede dos SMTUC** e pressão por parte do executivo, junto da CP e IP, no sentido do **alargamento dos horários dos comboios suburbanos e regionais**, garantindo que a população jovem não vê o seu acesso a diversão noturna limitado por falta de transporte.
- Mapeamento e **fiscalização das condições atuais das habitações estudantis**, determinando a realização coerciva de obras de conservação quando necessário, e responsabilizando senhorios.
- Construção, em articulação com as instituições de ensino superior e do Governo, de **residências públicas para estudantes em edifícios devolutos**, sejam eles camarários ou privados.
- **Qualificação dos edifícios das repúblicas estudantis como património de interesse público municipal** e responsabilização municipal pela execução das obras de conservação necessárias para um alojamento digno.

UMA PLATAFORMA ONLINE DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Coimbra tem milhares de jovens que se interessam, que discutem ideias, que querem transformar o mundo — mas que não se reveem nos moldes tradicionais da participação política.

O Bloco propõe a criação de uma plataforma *online* de participação cívica dirigida sobretudo a pessoas até aos 35 anos, onde qualquer jovem possa propor ideias, votar prioridades, dar opinião sobre políticas concretas — de forma simples, acessível e transparente.

Acreditamos que a participação digital não vale menos só porque é feita à distância. Muito pelo contrário: é uma forma legítima, ativa e urgente de envolvimento na vida pública.

Coimbra precisa de escutar melhor as suas novas gerações. E isso passa por reconhecer que a política também vive online — e que é aí que muitos dos nossos cidadãos mais jovens já estão a fazer a cidade.

O Bloco de Esquerda quer ir ao encontro dessas novas formas de participação. Quer aprendê-las, valorizá-las e integrá-las como parte essencial de uma Coimbra mais justa, mais próxima e mais capaz de ligar gerações.



Polo 2. UMA COIMBRA JUSTA

NO AVESSE DE UMA COIMBRA CONDUZIDA PELO LUCRO ESPECULATIVO DO IMOBILIÁRIO E PELA SATISFAÇÃO DAS PEQUENAS OLIGARQUIAS LOCAIS, A ESCOLHA TEM DE SER A DE POLÍTICAS MUNICIPAIS QUE PRIVILEGIEM OS MAIS FRÁGEIS E NÃO OS MAIS PODEROSOS, POLÍTICAS MUNICIPAIS QUE REFORCEM A COESÃO DA COMUNIDADE E NÃO QUE PERPETUEM O PODER DOS DE SEMPRE.

1. UMA COIMBRA DE TRABALHO DIGNO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra onde, a começar precisamente no Município, os direitos de quem trabalha têm sido um assunto menor. O tratamento que a CMC tem dado aos SMTUC é um exemplo claro disso, pois demonstra como a escassez no investimento num serviço essencial à população afeta não só as pessoas que lá trabalham, mas também as pessoas que usam ou desejariam usar os serviços para trabalhar. Por outro lado, ao não valorizar as carreiras, mantendo motoristas em luta e não permitindo condições para que as vagas a concurso não sejam preenchidas, a autarquia demite-se do papel de catalisador da melhoria das condições laborais do concelho, um papel que pode e deve ser levado a cabo pelo setor público. Este exemplo é apenas a ponta visível de um *iceberg* de precariedade e de fragilização dos direitos laborais na CMC e no concelho.

Mudar mesmo Coimbra é fazer do Direito do Trabalho uma Constituição da vida do Município, com a ambição de Coimbra se destacar como capital do respeito pelos direitos laborais. Há que fixar a massa intelectual que todos os anos se forma em Coimbra e que nos escapa como areia entre os dedos e há que, principalmente, preparar o concelho para os grandes desafios do futuro, nomeadamente a crise climática e todas as suas consequências.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Bilbao, cujo Município celebrou parcerias com universidades e centros de formação profissional



para uma empregabilidade de qualidade. Veja-se Glasgow em que os contratos públicos municipais são condicionados ao respeito pelos direitos laborais e que protegem a igualdade de oportunidades. Veja-se Paris, cujo plano “Paris Ville Durable” integra empregos verdes nos setores de renovação energética de edifícios, agricultura urbana e mobilidade sustentável. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo Coimbra e o seu concelho em matéria de respeito pelos direitos do trabalho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Inclusão de cláusulas anti-precariedade em todos os cadernos de encargos executados pela autarquia.** Para tal, deve ser elaborada uma Estratégia Municipal de Contratação e Apoios Públicos sustentável, económica, social e ambientalmente, que leve em desvalor a contratação de trabalhadores precários pelos adjudicatários.
- **Recenseamento dos trabalhadores precários da CMC e das entidades do seu universo institucional e regularização de todas essas situações,** de acordo com a legislação aprovada pela Assembleia da República para os Municípios Portugueses.
- **Exclusão de entidades que recorram a trabalho precário de todos os apoios públicos municipais** ou de isenções de taxas do município.
- Criação de uma **carreira própria para os motoristas dos SMTUC** e valorização de todas as carreiras daquele serviço, garantindo que todas as vagas nos concursos são preenchidas.
- **Alargamento da rede e dos horários dos SMTUC, incluindo horários noturnos e fins de semana, para servir devidamente quem trabalha por turnos** e também para dar acesso a todas as pessoas aos equipamentos de lazer, normalmente localizados no centro da cidade.

2. UMA COIMBRA PORTO DE ABRIGO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra pouco preparada para dar resposta a quem, vindo de longe, aqui quer relançar a sua vida e de fazer da diversidade das gentes que a ela se acolhem uma realidade que a qualifica.

A realidade dos migrantes em Coimbra tem as mesmas marcas de falta de respostas municipais adequadas que existem em todo o país: excesso de burocracia e falta de informação acessível, principalmente nos órgãos municipais, e em relação ao Certificado de Registo de Cidadãos da União Europeia (CRUE); dificuldade para obter o



atestado de morada, essencial para saúde, trabalho e legalização; barreiras no acesso à saúde, não possuindo padrão em relação aos outros municípios; precariedade laboral; déficit de apoio habitacional e discriminação no arrendamento; racismo e xenofobia, muitas vezes invisibilizados; ausência de escuta ativa nos serviços públicos municipais, além de poucos terem proficiência em outros idiomas.

Mudar mesmo Coimbra é fazer deste município um lugar que reconheça as dificuldades específicas destas pessoas e lhes dê resposta organizada. Um lugar que acolha e integre em vez de ignorar as dificuldades de quem aqui quer refazer um projeto de vida digna.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Barcelona, que adotou um Plano Municipal de Interculturalidade com mais de 60 medidas de inclusão e que facilita o acesso a serviços e incentiva a participação de imigrantes na política local. Veja-se Bruges onde vigora o programa “Leave No One Behind”, com mediação cultural, apoio à habitação e diversidade nos serviços, principalmente com colaboradores que falam múltiplos idiomas. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de apoio às pessoas migrantes em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Criação de um Balcão Único ou Ponto de Boas-Vindas Municipal para as Pessoas Migrantes**, uma boa prática assinalada pela rede Eurocities, que funcionará como estrutura centralizada de apoio, com informações e encaminhamento sobre habitação, saúde, educação, emprego, legalização, integração cultural e participação cívica e será acessível e desenvolvido em articulação com associações locais, universidades e outras entidades.
- **Elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes**, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a violência, o contexto escolar, a empregabilidade e a promoção de aquisição de habitação condigna.
- Criação de **programas de acesso à língua portuguesa** como língua não materna para adultos.
- **Uniformização dos requisitos para a emissão de atestado de residência** nas diferentes freguesias, simplificando a burocracia para a pessoa imigrante.
- Promoção de **feiras culturais e formação intercultural em escolas e bairros**, principalmente em datas-chave para os imigrantes, como o dia do refugiado, o dia internacional das migrações, etc.
- Criação de **programas municipais de capacitação profissional** com foco na inclusão laboral.
- **Integração de Coimbra em redes internacionais de cidades-abrigo** que aco-



lhem temporariamente defensores e defensoras de direitos humanos em risco provenientes de várias partes do mundo, oferecendo--lhes programas de formação, descanso e recuperação, essenciais para que possam continuar o seu ativismo face à perseguição, criminalização e detenção que enfrentam.

3. UMA COIMBRA QUE RESPEITA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra que falha profundamente em matéria de direitos humanos, em particular das pessoas com deficiência.

Desde logo, regista-se a inconcebível ausência de dados públicos, atualizados e desagregados sobre esta população, o que impede o desenho de políticas públicas baseadas na evidência e a sua posterior monitorização. Esta ausência de estatísticas representativas perpetua a invisibilização das pessoas com deficiência e a sua exclusão do planeamento de políticas locais. Apesar da presença de inúmeras instituições e respostas sociais, existe uma forte concentração de respostas institucionalizadas (lares, CACI, unidades residenciais), promovendo lógicas assistencialistas e segregadoras, que contrariam gravemente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e ignoram os princípios fundamentais da filosofia de Vida Independente. Embora exista um grupo de trabalho dedicado à deficiência, no âmbito da Rede Social de Coimbra, a voz das próprias pessoas com deficiência permanece ausente das decisões que lhes dizem respeito. O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2023-2026 não tem uma palavra sobre deficiência, a não ser para quantificar as estruturas de apoio a esta população e definir o conceito de interseccionalidade. De entre as comunidades socialmente marginalizadas, as pessoas com deficiência são das mais vulnerabilizadas, com as suas vidas suspensas pela falta de políticas para a vida independente, principalmente quando a deficiência é interseccionada com outros marcadores de exclusão (identidade de género, nacionalidade, etnia, orientação sexual).

Por outro lado, a habitação adaptada e acessível é praticamente inexistente, empurrando muitas pessoas para situações de dependência familiar ou institucionalização forçada. O acesso à informação acessível, à comunicação aumentativa, à Língua Gestual Portuguesa ou à audiodescrição continua a ser uma exceção, quer em serviços públicos, quer em estruturas e eventos culturais. A esmagadora maioria das pessoas com deficiência encontra-se excluída do mercado de trabalho formal, muitas vezes limitada a empregos desqualificados, temporários ou precários, que não garantem a sua independência económica e social. Ao nível da mobilidade, a rede de transportes públicos mantém-se amplamente inacessível,



associada à inacessibilidade do espaço público envolvente, e à impreparação de motoristas para darem apoio a pessoas com necessidades específicas. Ao invés de ser utilizado como oportunidade para transformar Coimbra num concelho acessível a todas as pessoas, o estatuto de património da UNESCO tem sido invocado como argumento para não remover barreiras arquitetónicas do espaço público. Enquanto estas falhas persistirem, Coimbra continuará a ser uma cidade que segrega, invisibiliza e silencia uma parte significativa da sua população.

Mudar mesmo Coimbra é romper com modelos segregadores e caritativos e construir uma cidade onde todas as pessoas vivam com dignidade, liberdade e autodeterminação, reinventando a cidade para que se torne num espaço seguro para todas e todos que escolhem aqui viver, que as ouça e as faça sentir parte da criação de soluções.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Viena, vencedora do “Access City Award 2025”, atribuído pela Comissão Europeia, cuja abordagem envolve, não só a acessibilidade física, mas também a habitação, o emprego, a cultura e a comunicação, envolvendo todos os serviços e edifícios públicos. O plano “Inclusive Vienna 2030” foi desenvolvido de forma participativa, envolvendo 400 pessoas — incluindo representantes com deficiência — em 12 áreas temáticas. Barcelona tem também um Plano Municipal para as Pessoas com Deficiência desde 1982, atualizado regularmente, com uma abordagem estratégica, transversal e centrada nos direitos humanos e na filosofia da Vida Independente. As decisões políticas passam por consultas públicas acessíveis, onde participam ativamente pessoas com deficiência e organizações lideradas por si. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo Coimbra e o seu concelho em matéria de respeito pela vida das pessoas com deficiência. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Adoção de uma perspetiva interseccional que **integre critérios de respeito pelos direitos das pessoas com deficiência em todas as políticas municipais**, incluindo Integração de acessibilidade, física e comunicacional, nas políticas de turismo e cultura (audioguias, visitas adaptadas, LGP, audiodescrição, leitura fácil).
- Criação de um **Observatório Municipal para a Igualdade**, que recolha e divulgue dados desagregados sobre a deficiência, entre outros.
- **Ampliação da representatividade de pessoas com deficiência nos quadros da Câmara Municipal.**
- Criação de um **fundo municipal de apoio ao associativismo liderado por pessoas com deficiência.**
- Construção de um **Plano Municipal de Acessibilidade Universal** que inclua



não só edifícios, como espaços públicos e transportes e defina claramente critérios de qualidade e orientações para a acessibilidade e mobilidade acessível, através de cocriação com pessoas com deficiência, com financiamento e fiscalização participada.

- Disponibilização de **fogos municipais acessíveis e adaptados a um menor custo para pessoas com deficiência**.
- Disponibilização de um **serviço de interpretação em Língua Gestual Portuguesa, gratuito** e mediante solicitação prévia.
- Criação de **espaços de encontro entre entidades empregadoras e pessoas com deficiência** para promover as oportunidades de contratação, com foco nas diferentes áreas de mercado (incluindo cultura e setores mais qualificados).

4. ORGULHO NA DIVERSIDADE

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra que continua a ser notícia por ocorrência de agressões homofóbicas, com casos tornados públicos, ano após ano, tendo o último acontecido em pleno centro da cidade, nos jardins da AAC, em abril.

Nos últimos anos, no dia 17 de maio, tem sido hasteada a bandeira arco-íris no edifício da CMC. Embora o gesto tenha importância simbólica, não basta, nem é sinónimo de que Coimbra seja um concelho amigo da diversidade ou com especial ação desenvolvida nesse sentido. Nas trinta e quatro páginas do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 2023-2026, a sigla “LGBTQIA+” surge quatro vezes, uma delas no glossário. Para a prevenção e combate a todas as formas de violência contra as pessoas LGBTQIA+ na vida pública e privada aponta-se apenas a realização de ações de sensibilização, seis em quatro anos, distribuídas entre o tecido empresarial local, ONG’s e profissionais de saúde. A interseccionalidade é identificada como um dos pressupostos do plano, mas a palavra “racismo” não é mencionada uma única vez.

A discriminação das pessoas LGBTQIA+ materializa-se de forma particular no acesso à habitação, com pessoas a serem expulsas ou a terem acesso dificultado a uma casa ou a um quarto devido à sua orientação sexual ou identidade de género. Assim como na saúde, onde as consultas de sexologia, psicologia, endocrinologia e preservação de fertilidade continuam a ter tempos de espera acima dos nove ou doze meses. Também na educação, o trabalho pela igualdade nas escolas se vê ameaçado, desde logo com o retrocesso já concretizado da remoção do guia do “Direito a Ser nas escolas”, aprovada pela direita na anterior legislatura.



Mudar mesmo Coimbra é assumir como prioridade política torná-la numa aliada do Orgulho e, portanto, num município seguro, livre e igualitário para as pessoas LGBTQIA+. Em 2020, várias cidades polacas declararam-se “zonas livres de pessoas LGBTQIA+”, num grave retrocesso dos direitos humanos e um ataque direto à dignidade destas pessoas e comunidades. Em resposta, diversas cidades europeias afirmaram-se como “zonas de liberdade para pessoas LGBTQIA+”, em solidariedade com as populações ameaçadas. Em 2021, o próprio Parlamento Europeu declarou a União Europeia como “zona de liberdade LGBTQI”. Coimbra deve juntar-se a este movimento e afirmar-se como um espaço seguro, acolhedor e de liberdade para as pessoas LGBTQIA+ que aqui vivem e que nos visitam.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Malta está no topo da classificação do Mapa Arco-Íris da ILGA-Europa há dez anos. Na edição de 2025 voltou a confirmar o lugar, sustentado na implementação de medidas como a criação de abrigos ou centros comunitários para as pessoas LGBTQIA+ e as suas famílias. Nesta edição, a Bélgica subiu ao segundo lugar depois de adotar políticas de combate ao ódio com base na orientação sexual, identidade de género e características sexuais, como a criação, em Namur, de um serviço de consulta para melhor apoiar as pessoas trans em processo de transição, ou o lançamento, na Valónia, de uma campanha de sensibilização sobre a discriminação e a violência sofridas pelas pessoas LGBTQIA+. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de Coimbra e do seu concelho sobre os direitos das pessoas LGBTQIA+. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Realização de um Diagnóstico Municipal para a Igualdade atualizado e que tenha em vista uma abordagem interseccional.
- Elaboração de um **Plano Municipal LGBTQIA+** em estreita colaboração com associações, coletivos e ativistas.
- Criação de um **Centro Municipal LGBTQIA+/ Casa da Diversidade**, com espaços acessíveis para associações e coletivos locais, disponibilização de atendimento nas áreas da violência e discriminação, empregabilidade, saúde e apoio integral para pessoas trans.
- Promoção de uma **campanha de divulgação dos recursos de apoio à comunidade LGBTQIA+**, compilando informação útil a ser divulgada na página do município, nas suas redes sociais e através de material distribuível nas escolas.
- Criação de uma **bolsa de habitação para pessoas vítimas de violência motivada por discriminação homofóbica ou transfóbica**.
- Criação de uma **consulta de referência adaptada a pessoas LGBTQIA+** nos cuidados de saúde primários, em colaboração com a ULS Coimbra.



- Garantia da existência de uma **coleção atualizada sobre a temática LGBTQIA+ na Biblioteca Municipal.**

5. UMA COIMBRA ANTIRRACISTA

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra sem respeito próprio pelas populações das comunidades racializadas, sobretudo negras e ciganas. Não existe proximidade entre o Município e estas (que são suas) comunidades. Muito pelo contrário, estão a afastá-las da malha urbana e, com a ajuda da crise da habitação no país, a empurrá-las para as margens estigmatizadas, como o planalto do Ingote, onde são mais facilmente controláveis.

Acresce ainda que a pobreza está entranhada nas comunidades racializadas e ciganas, sendo que este e os anteriores executivos só episodicamente interromperam a ausência quer de qualquer plano que as integre e lhes garanta a habitação condigna que a Constituição da República Portuguesa lhes confere, quer da falta de celebração de contratos de emprego de inserção (nenhum foi aberto pelo município, pelo menos desde 2018), uma falta de atuação que torna estas populações (ainda) mais vulneráveis.

As pessoas negras e ciganas não são verdadeiros munícipes de Coimbra, pois todos os executivos autárquicos empurraram para o governo central o apoio (financeiro e outro) que devia ser da sua responsabilidade. Muito em particular, o atual executivo autárquico não se preocupa com a vivência integrada em comunidades das pessoas racializadas e de etnia cigana. Não tem contratação (nem planos para) a contratação de mediadoras/es interculturais, que venham das próprias comunidades. Como pouco, ou mesmo nada, apoia as associações culturais, de moradores, dos bairros cada vez mais guetizados, ou projetos que levem à integração no mercado de trabalho de homens e mulheres racializados/as e ciganos/as.

Certo, o executivo camarário liderado pelo PSD aderiu em junho de 2023 à Rede de Cidades Antirracistas. Mas para além da publicitação nos meios de comunicação da Câmara Municipal, os resultados práticos foram, apenas e só, uma sessão de sensibilização para o racismo e a xenofobia, destinada a alunos de uma escola do ensino básico. Mais nada. E até o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 2023-2026, apesar de referir ter sido concebido nos pressupostos da interseccionalidade, não tem uma única menção ao racismo, nem à xenofobia.

Já para não falar na ausência total de um Plano Municipal que verse específica e exclusivamente sobre o combate ao racismo, à xenofobia e a qualquer forma de discriminação, o que deixa as populações das comunidades racializadas e ciganas, vulneráveis à violência e ao preconceito.



Mudar mesmo Coimbra é fazer muito mais do que um discurso vago e perfumado sobre o racismo e a xenofobia. É tornar Coimbra numa cidade abertamente antirracista e abertamente anti-xenofobia. Combater o racismo e a xenofobia estruturais e romper com a inércia e a falta de atuação do município para com as pessoas e comunidades racializadas e de outras etnias é uma prioridade para o Bloco de Esquerda. Um projeto que queira transformar Coimbra numa cidade que cuida de todas as suas gentes e que responda aos desafios que temos pela frente, tem de, urgentemente, construir uma estratégia sólida, abrangente e baseada no conhecimento real das diferentes formas de racismo e xenofobia. Esta estratégia deve envolver quem vive essas discriminações no dia a dia — as pessoas racializadas e ciganas e as suas organizações — garantindo que têm voz ativa e papel central na transformação das suas próprias condições de vida.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Em Reggio Emilia (Itália), foi desenvolvido um plano municipal assente num diagnóstico participado e na formação de trabalhadores municipais, incluindo a criação de um observatório local do racismo. Em Turim, o combate ao racismo foi reconhecido como um bem comum, passando a integrar os pactos de colaboração entre a autarquia e a comunidade. Em Barcelona, destaca-se a consolidação de um gabinete municipal de não discriminação, protocolos de resposta a agressões racistas e programas de sensibilização intercultural. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de combate ao racismo e à xenofobia em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- Elaboração e implementação de um **Plano de Ação Municipal Antirracista e Intercultural**, em articulação com organizações antirracistas, ciganas, comunitárias e representativas de comunidades racializadas, promotor de medidas com um enfoque antirracista de maneira transversal em todas as políticas municipais.
- Implementação de uma **campanha de promoção da igualdade e combate à discriminação étnico-racial** no município e de um programa de formação antirracista e anti-xenofobia para trabalhadoras/es municipais, profissionais de saúde e técnicas/os sociais, entre outras/os, em parceria com organizações antirracistas e ciganas.
- Criação de **Gabinetes de Inserção Profissional** nos bairros identificados, como estrutura de apoio ao emprego em territórios economicamente desfavorecidos com forte presença de comunidades racializadas e ciganas.
- Criação de uma **bolsa municipal e contratação de mediadoras/es interculturais**, oriundas/os das comunidades racializadas e ciganas mais representadas localmente, para serviços e entidades do Município, nomeadamente



escolas, unidades de saúde e serviços sociais.

- **Apoio municipal a organizações antirracistas e ciganas** representativas das suas comunidades e a projetos com representação justa das comunidades racializadas e ciganas.
- **Nomeação de espaços públicos com referências à luta antirracista** e adoção de outros gestos públicos de resgate de memórias silenciadas.



Polo 3. UMA COIMBRA VIVA

NA DISPUTA QUE ESTÁ DESAFIADA A FAZER AO ATAVISMO E AO MARASMO, COIMBRA TEM UMA FORÇA IMENSA QUE LHE VEM DE SER UMA COMUNIDADE EM QUE O ARROJO E A TRANSGRESSÃO CULTURAL A ABREM PARA ALTERNATIVAS DE PENSAMENTO E DE AÇÃO. A ESQUERDA BATE-SE POR UMA COIMBRA QUE ASSUME A LUTA PELAS MEMÓRIAS QUE TRANSFORM(AR)AM TANTO COMO A LUTA PELOS CAMINHOS DE CRIAÇÃO DO FUTURO.

1. FAZER DA CULTURA FORÇA TRANSFORMADORA

Coimbra é uma comunidade cuja identidade se construiu sobre a cultura e o património local. Desde a Geração de 70 até ao Fado de Coimbra, passando pela Universidade, Alta e Sofia e pelas Repúblicas estudantis, e não esquecendo a cultura popular e operária. Não é possível pensar Coimbra sem a ousadia e o inconformismo dos movimentos artísticos, culturais e académicos. Na música, no teatro, na fotografia, na arte contemporânea, no design, na arquitetura, Coimbra tem beneficiado do dinamismo e da qualidade do trabalho de quem escolheu esta cidade para desenvolver os seus projetos criativos, com inúmeras provas de reconhecimento nacional e internacional. Todavia, décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal têm privilegiado um destrutivo processo de mercantilização do espírito cultural e do património da cidade que ameaça transformá-la numa reprodução artificial de si mesma. Os equipamentos culturais municipais são negligenciados e o património é essencialmente encarado como produto turístico, para visita e atração das massas de pessoas que percorrem as ruas fotografáveis da cidade. As/os artistas locais, os espaços de produção cultural, as Repúblicas estudantis e as iniciativas de base são deixadas à sua própria sorte, muitas vezes atiradas para conflitos de Golias contra David, em contextos como o da especulação imobiliária, da concorrência das grandes empresas de espetáculos e da pressão mercantil associada à produção e organização dos chamados “grandes eventos”.



Esta fixação no setor do turismo e o menosprezo pela cultura e pelo património que aparentemente o não servem de forma imediata invertem as prioridades e dificultam a criação de uma comunidade dinâmica e viva. O potencial artístico que se forma nos espaços estudantis, e que outrora foi a principal fonte de prestígio da cidade, evade-se da cidade em ciclos curtos correspondentes à duração dos estudos superiores. Os artistas locais vêm-se atirados para o sufoco permanente e não encontram na Câmara Municipal o respaldo de que necessitam quando procuram outras fontes de financiamento, em Portugal e no estrangeiro. O património decai e é canibalizado por promotores de alojamento local e de habitação estudantil a preços inoportáveis para a maioria dos estudantes. A criação artística própria, marca de que Coimbra e a sua Câmara Municipal se deviam orgulhar, resiste ainda, mas com crescentes dificuldades.

Mudar mesmo Coimbra é dar total prioridade a uma inversão de marcha na abordagem do Executivo em relação à cultura e ao património, no sentido da sua democratização e devolução à comunidade, de forma acessível, participada e diversificada.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. As cidades europeias mais vibrantes são aquelas que têm valorizado, com seriedade, o respetivo setor cultural ao longo das últimas décadas. Não só com o intuito de atrair turismo, mas, muito mais do que isso, com o objetivo de promover uma comunidade democrática e dinâmica, em que a cultura é encarada como um bem essencial à saúde coletiva. Nos países nórdicos, sobretudo na Suécia, a maior parte dos municípios segue a denominada “regra do 1%”, segundo a qual 1% de todos os orçamentos municipais para obras públicas são alocadas à aquisição de obras de artistas locais para instalar em espaços públicos. Além de apoiar os artistas, esta medida contribui para democratizar o acesso à cultura, permitindo a todas as pessoas usufruírem das obras de arte no seu quotidiano. Nas cidades alemãs, onde estão radicadas algumas das mais prestigiadas orquestras mundiais, os músicos são contratados pelos teatros públicos e remunerados com verbas do orçamento municipal. Desta forma, é garantida estabilidade e segurança aos artistas e a oferta de espetáculos a preços acessíveis à comunidade. Em Amesterdão, o setor da cultura tem trabalhado em conjunto com académicos e residentes para reurbanizar a cidade, tornando-a, não só mais verde, mas também um espaço agradável, em que a cultura está na rua. Avinhão, por sua vez, granjeou protagonismo internacional com o seu Festival de Teatro, fortemente financiado pela Câmara Municipal e que se transformou num ícone da cidade. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de cultura em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- ↳ **Criação de uma plataforma de diálogo permanente entre os agentes culturais e a comunidade educativa do concelho para permitir a atempada**



divulgação calendarização das ofertas para o público escolar.

- **Garantia de transporte gratuito a todos/as os/as alunos/as do concelho, de todos os graus de ensino, a pelo menos dois eventos culturais (espetáculos, exposições, oficinas) por ano letivo.**
- **Definição clara da missão do Convento de São Francisco:** privilegiando a sua função cultural enquanto sala de espetáculos; dotando-o de um orçamento compatível com a dimensão do equipamento e a ambição que a cidade lhe deve exigir; garantindo a sua articulação com o tecido cultural e com as restantes salas de espetáculo públicas do concelho; salvaguardando a autonomia da direção artística, escolhida por concurso público.
- **Inventariação e resolução das debilidades que afetam os edifícios culturais municipais:** problemas estruturais, obsolescência de equipamentos técnicos, eficiência energética, arranjos exteriores, acessibilidades, sinalética, etc.
- **Criação de mecanismos de apoio estrutural específicos aos agentes culturais profissionais, autónomos relativamente aos apoios gerais ao associativismo:** o financiamento público deverá ser plurianual, permitindo aos profissionais da cultura construir projetos longevos e fazer cultura sem serem assoberbados por burocracia constante e pelo sufoco de sucessivas candidaturas; o Município deverá disponibilizar espaços públicos para criação artística e cultural, que funcionarão como *hubs* de colaboração e inovação; deverá ser criada uma linha específica para comparticipação em projetos suportados por programas de financiamento nacionais e internacionais.
- **Definição de uma política municipal de promoção do livro e da leitura:** dirigida pela Biblioteca Municipal, incluindo a gestão articulada de equipamentos como a Casa-Museu Miguel Torga e a Casa da Escrita, a organização da Feira do Livro e do respetivo programa cultural associado e a colaboração estreita com as restantes bibliotecas e centros de documentação existentes na cidade.
- **Colocação em locais estratégicos da cidade de mobiliário urbano exclusivamente destinado à divulgação de iniciativas culturais.**
- **Criação de um programa de envolvimento da comunidade artística local no ordenamento e urbanização da cidade:** em parceria com a Universidade e com a comunidade, os novos espaços verdes e comunitários da cidade serão pensados também como espaços abertos às expressões artísticas, por via dos quais se apoia a produção artística local e se democratiza o acesso à cultura.
- **Aquisição dos edifícios das Repúblicas estudantis em risco de desalojamento:** só a passagem para o domínio público dos edifícios das Repúblicas, que são património material e imaterial da cidade, poderá evitar a canibalização total da especulação imobiliária.



2. O PATRIMÓNIO COMO HERANÇA E COMO PROJETO

Décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal legaram-nos uma Coimbra que desperdiça o mosaico identitário único que agrega a sua Universidade, e o que trouxe tanto de destruição como de monumentalidade, o traçado da Alta medieval, a memória operária da Baixa e de outros locais do concelho e os bairros populares do século XX.

A gestão desse património, num cenário que não é exclusivo de Coimbra, tem sido marcada por desarticulação institucional e pela ausência de uma estratégia integrada de conservação. As decisões são frequentemente avulsas, reativas e, por vezes, determinadas por pressões de interesses privados ou por agendas políticas desajustadas.

O modelo atual de gestão do património em Portugal tem vindo a piorar com a centralização crescente das decisões nas sedes da administração central, esvaziando progressivamente o papel decisório das entidades tutelares regionais que têm um maior conhecimento do território e do seu património. Simultaneamente, há uma ausência quase total de auscultação dos utilizadores dos espaços, das entidades que os gerem e, sobretudo, de quem os limpa que, muitas vezes, conhece melhor do que ninguém o estado real do património e o que ele necessita para ser devidamente salvaguardado e vivido.

Nos últimos anos, os municípios têm sido chamados a liderar projetos financiados pelo PRR na área do património. Contudo, esses projetos acabam por não ser orientados por critérios únicos de salvaguarda, mas por objetivos de rapidez e redução de custos para cumprimento das metas que se está a deixar falhar. A ausência de equipas técnicas suficientes abre caminho a práticas perigosas: contratação de trabalhadores não qualificados, utilização de materiais desadequados às pré-existências e ausência de acompanhamento técnico especializado ou em número suficiente. As adjudicações são feitas quase sempre por ajuste direto ou por preço mais baixo, sem a necessária valorização da competência técnica ou da experiência em conservação patrimonial.

Paralelamente, a confusão institucional criada pela nova estrutura do Estado na área da Cultura agravou a situação. Com a extinção da Direção-Geral do Património Cultural e das Direções Regionais muitos imóveis, mesmo classificados como Monumentos Nacionais, não foram afetos formalmente a nenhum dos novos organismos.

Em Coimbra, cidade onde o município transformou uma das suas mais antigas igrejas em casa de banho pública, temos casos graves que parecem ser do desconhecimento público e que não podem continuar a ser ignorados.

O caso do Mosteiro de Celas é flagrante. Monumento Nacional desde 1910, tem



no seu claustro gótico capitéis historiados dos séculos XIII-XIV que são únicos em Portugal e que se encontram em risco grave e iminente de perda por processos de deterioração já identificados e comunicados. A gestão quotidiana é assegurada pela Irmandade de Celas, mas perdeu a entidade pública com tutela ativa sobre o monumento, capaz de garantir inspeções técnicas, conservação preventiva ou acompanhamento regular. O que existe é um vazio legal, onde o Estado não assume o seu dever e o património fica dependente da boa vontade dos ocupantes e das suas boas intenções. E isso, obviamente não chega, porque cria um cenário perigoso onde a destruição, descaracterização ou abandono do património se tornam possibilidades recorrentes. Ou mais recorrentes.

No Colégio da Graça e no pátio do CAV - Centro de Artes Visuais encontramos situações de risco grave de colapso parcial de colunas em rutura, e que estão em pé pela gravidade e sorte. Se as colunas do CAV cederem o risco de colapso de parte do edifício está presente. As escoras instaladas não resolvem todos os pontos críticos identificados e as barreiras que vão sendo colocadas raramente se encontram no sítio para funcionarem como proteção efetiva para quem usa ou trabalha no espaço.

O mesmo se passa com a igreja de S. Bartolomeu. Durante a tempestade Leslie caiu um florão em pedra que ainda se mantém fraturado no sítio onde caiu. Há cerca de 2 meses caiu novo pedaço de pedra de uma das torres sineiras. A câmara colocou barreiras sem qualquer explicação. Não havendo noção do risco as barreiras começaram a ser abertas, empurradas para o lado, até desaparecerem.

Mudar mesmo Coimbra nas políticas para o património é compreender que cuidar continuamente é a única forma sustentável de salvaguardar o nosso património e manter viva a nossa memória coletiva, adotando políticas que deem corpo a este entendimento. Essa necessidade deve ser ancorada numa noção ampla e aberta de património, que recusa a transformação da cidade em museus a céu aberto para consumo turístico, mas que o entende como um compromisso de valorização e repensamento da história, onde deve ter lugar relevante também a história do século XX e o papel de Coimbra na fermentação de dinâmicas populares, antifascistas e anticoloniais que foram semente da democracia portuguesa e nos ajudam igualmente a pensar os desafios que ela hoje enfrenta.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Veja-se Albi, em França, com um programa de integração entre conservação e vida contemporânea, que combina políticas locais de estímulo à habitação e comércio tradicional, evitando a desertificação do centro, com restrições urbanísticas rigorosas que impedem a descaracterização do centro histórico. Veja-se Regensburg, na Alemanha, regida por um Plano de Gestão do Património Mundial que inclui normas rigorosas de construção e restauro, mas que, em simultâneo, recusa a “museificação” dos edifícios desse núcleo, integrando usos contemporâneos em estruturas históricas. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?



O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a política de conservação do património e de valorização da memória em Coimbra e no seu concelho. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

- **Acesso público à informação e formação cidadã em matéria de conservação do património.** É fundamental garantir que os cidadãos tenham acesso real à informação sobre o património. Para isso, é necessário tornar públicos e acessíveis todos os planos, projetos, decisões e pareceres relacionados com o património, através de plataformas digitais claras e em linguagem compreensível. É igualmente fundamental estabelecer planos com metas mensuráveis e mecanismos de acompanhamento conjunto, que permitam aos cidadãos avaliar a execução de projetos, com momentos de balanço e correção de rumo.
- Participação comunitária estruturada, porque a preservação do património só é eficaz se for partilhada. O Bloco proporá, por isso, a **criação de um Conselho Municipal do Património**, com representação de moradores, técnicos, investigadores e associações, que acompanhem intervenções e proponham usos sociais dos edifícios restaurados.
- Adoção de **orçamentos participativos dedicados**, destinando uma parcela do orçamento municipal para projetos de reabilitação e valorização patrimonial escolhidos pela população local.
- **Promoção de um Centro Interpretativo da Resistência e da Democracia** (ver destaque)

PELA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO INTERPRETATIVO DA RESISTÊNCIA E DA DEMOCRACIA

O papel de Coimbra nos combates contra a ditadura, frequentemente mencionado, nomeadamente no que toca ao papel das lutas estudantis, não encontra correspondência adequada em termos da sua divulgação e promoção pública.

O Bloco de Esquerda defende a criação de um Centro Interpretativo da Resistência e da Democracia, que funcionará em articulação com equipamentos municipais, culturais e universitários e ligado à promoção turística da cidade. O Centro será complementado com um roteiro pela cidade que permita assinalar, visibilizar e, em alguns casos, visitar espaços associados a episódios de luta e repressão e a movimentos, figuras e atividades políticas, sociais e culturais ligados à resistência à ditadura.

Esse roteiro incluirá naturalmente a memória estudantil, mas visa alargá-la a momentos, figuras, comunidades e acontecimentos ligados à Coimbra popular, antifascista e anticolonial, contribuindo para mostrar componentes fundamentais da identidade de Coimbra, frequentemente esquecidas ou desvalorizadas.



Polo 4. UMA COIMBRA DEMOCRÁTICA

O BLOCO DE ESQUERDA BATER-SE-Á POR QUE COIMBRA SE AFIRME COMO UMA REFERÊNCIA DE GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA, JUSTA E PARTICIPATIVA – ABERTA À ESCUTA, À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, À DEMOCRACIA DE PROXIMIDADE E À CO-CONSTRUÇÃO COLETIVA DA CIDADE.

Coimbra tem uma riquíssima tradição cultural, universitária e associativa. No entanto, décadas de alternância entre PS e PSD no governo municipal deixaram-nos um município onde a democracia local é frágil, muitas vezes reduzida a rituais formais, esvaziados de participação cidadã real e de controlo democrático sobre as decisões públicas.

As políticas municipais têm sido definidas à margem da vida das pessoas, de forma opaca e tecnocrática, sem escuta ativa ou participação real da comunidade. As freguesias continuam sem autonomia efetiva, os orçamentos participativos foram esvaziados, e o tecido associativo, motor de cidadania, solidariedade e cultura, tanto é desvalorizado como instrumentalizado, em vez de ser entendido como essencial à construção democrática do município.

Este modelo tem um preço alto: uma cidade desigual e um sentimento generalizado de afastamento entre a população e o poder local.

Mudar mesmo Coimbra é fazer dela a cidade dos direitos e de uma democracia transformadora, centrada na participação ativa das pessoas e orientada para o bem comum, uma cidade que reconhece que democracia local e direitos humanos são duas faces da mesma moeda: ambas colocam as pessoas no centro da vida pública e garantem que todas podem viver Coimbra em dignidade, liberdade e igualdade.

Esta utopia deixou de o ser em muitas cidades europeias. Barcelona mostrou que se pode governar uma cidade de forma mais participativa, feminista e ecológica, incorporando assembleias de bairro e mecanismos digitais de consulta e decisão.



Paris reforçou os orçamentos participativos vinculativos, permitindo que os cidadãos tenham mais poder sobre a que destinar parte do orçamento municipal. Viena assumiu-se como uma Cidade de Direitos Humanos. Se é possível em tantas cidades da Europa, porque é que é impossível em Coimbra?

O Bloco de Esquerda quer mudar mesmo a prática da democracia e de defesa dos direitos humanos em Coimbra e no seu concelho. Uma cidade democrática é uma cidade onde o debate público seja informado e plural, assente no incentivo à liberdade de expressão, e onde se renove a forma de fazer política com transparência, justiça e coragem. O Bloco de Esquerda quer uma Coimbra em que os direitos humanos estejam no centro de todas as decisões. Isso significa ter uma gestão autárquica comprometida com o combate à pobreza, o direito à habitação, o acesso a serviços públicos, o direito à cultura, o direito a usufruir de espaços urbanos e verdes, sem deixar ninguém para trás. Uma cidade de direitos humanos é uma cidade que cuida: através dos serviços de cuidados, da promoção da igualdade de género, do combate às discriminações e da solidariedade internacional.

Para que assim seja, assumimos os seguintes compromissos:

- **Submissão do atravessamento da Mata do Choupal por uma nova ponte rodoviária a referendo local** (ver destaque).
- **Revalorização do orçamento participativo** em Coimbra, tornando-o vinculativo, com regras claras e verbas significativas, correspondentes a um mínimo de 0.2% do orçamento municipal.
- Criação de **assembleias cidadãos** sobre temas estruturantes como a habitação, mobilidade urbanismo, cultura ou clima, com composição por sorteio cívico, com mandatos claros, e apoio técnico para decisões informadas.
- **Publicação de todos os contratos, decisões camarárias e orçamentos em formatos acessíveis**, e disponibilizados através de ferramentas de consulta intuitivas. Serão transmitidas e guardadas online as reuniões camarárias, da assembleia municipal e assembleias de freguesia
- **Revisão dos regimentos** no sentido da regulamentação do direito de petição à Assembleia Municipal e de Freguesia e de agilização e reforço do direito de participação cidadã no início do período da Ordem do Dia.
- **Criação de um Gabinete municipal de apoio ao associativismo e à sociedade civil**, com recursos adequados e uma equipa técnica própria, de forma a promover um espaço de diálogo e de cooperação sistemáticos e contínuos, identificação de oportunidades de financiamento e apoio técnico à preparação de candidaturas e partilha de saberes e experiências entre associações.
- **Qualificação internacional de Coimbra como cidade dos direitos humanos, da paz e da solidariedade internacional**, inspirando-se na Declaração de



Viena, e assumindo de maneira formal os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O Município promoverá a educação para os direitos humanos e para a paz, em articulação com escolas, universidades, associações e associações, fomentando a igualdade, a não discriminação e a resolução pacífica de conflitos. Como cidade solidária, promoverá a cooperação internacional pela libertação dos povos e terá uma política clara de recusa de colaborações e compras públicas ligadas a violações de direitos humanos ou do direito internacional, práticas extrativistas predatórias ou regimes autoritários.

- **Transformação do atual Gabinete de Igualdade num Gabinete Municipal para os Direitos Humanos, Igualdade e Inclusão**, fortalecendo o seu mandato e dotando-o de mais recursos. Este gabinete será responsável por articular todas as políticas municipais sob uma perspetiva de direitos humanos, com foco em justiça social, igualdade de género, combate ao racismo e à pobreza. O Bloco propõe ainda a **adoção de uma Estratégia Integral para os Direitos Humanos** pelo Município, como recomendado pela Agência Europeia dos Direitos Fundamentais e um **Plano de ação local de combate integral à pobreza**, articulando ações para garantir emprego e habitação dignos, saúde, educação e proteção social para todos os habitantes.

SUBMETER A REFERENDO LOCAL O PROJETO DE PONTE RODOVIÁRIA NO CHOUPAL

O atual executivo defende a construção de uma nova ponte RODOVIÁRIA que atravessará a Mata Nacional do Choupal. Os impactos ambientais desta construção são enormes com trânsito nacional a poluir o pulmão da cidade. O Bloco de Esquerda defende a preservação e valorização da Mata do Choupal.

Uma decisão que marca tão diretamente a vida e o futuro da cidade de Coimbra não pode ser tomada sem que se pronuncie quem mais sofrerá os seus impactos: a sua população. Assim, o Bloco propõe a realização de um referendo local sobre a construção desta nova ponte, de forma que os/as cidadãos/ãs manifestem a sua opinião de forma vinculativa.

A democracia participativa é a melhor forma de responder a problemas que atingem a vida das pessoas, sendo um mecanismo fundamental para aproximar a cidadania do poder local.